



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 2.365/91

"DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, O CONSELHO TUTELAR, SERVIÇOS ESPECIAIS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTÔNIO DA SILVA BARCELOS, Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte LEI:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e das normas gerais para a sua adequada aplicação.

Assinado



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ARTIGO 2º - O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santo Antônio da Patrulha, será feito através de políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, entre outras, assegurando-se em todas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo Único - As que delas necessitarem assistência social em caráter supletivo.

ARTIGO 3º - É vedada a criação de programa de caráter compensatório pela ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ARTIGO 4º - Fica criado no Município um serviço especial de prevenção e de atendimento médico e psicosocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

ARTIGO 5º - Fica criado no Município um serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

ARTIGO 6º - O Município propiciará proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades

Handwritten signature



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ARTIGO 7º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e funcionamento de serviços criados nos termos dos artigos 4º, 5º e 6º da presente Lei.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 8º - A política de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente será garantida através dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

Handwritten signature



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E DA NATUREZA DO CONSELHO
MUNICIPAL

ARTIGO 9º - É criado, na forma do artigo 88 da Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis.

ARTIGO 10 - O CMDCA funcionará em consonância com os Conselhos Estadual e Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, articulando-se com seus congêneres municipais.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

ARTIGO 11 - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Formular as políticas sociais básicas municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;

Leandro



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II - Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das Crianças e dos Adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros e zona urbana ou rural em que se localizem;

III- Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município em tudo o que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município que possa afetar as suas deliberações;

V - Registrar as entidades não governamentais de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, fazendo cumprir as normas previstas na Lei Federal nº 8069/90, que mant^{em} programas de:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) abrigo;
- d) colocação sócio-familiar;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação.

Guilherme Pedreira



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- VI - Registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operam no Município, fazendo cumprir as normas constantes da mesma Lei Federal;
- VII - Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município, nos termos desta Lei.
- VIII- Dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licenças aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento, e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas na presente Lei.
- IX - Gerir e administrar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SEÇÃO III

DOS MEMBROS DO CONSELHO

ARTIGO 12 -O CMDCA compor-se-á paritariamente, de 22(vinte e dois) membros:

- I - Onze (11) representantes dos seguintes órgãos governamentais:



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 1(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social;
- 1(um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- 1(um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- 1(um) representante da Unidade Sanitária Central de Saúde, do Governo do Estado;
- 1(um) representante da Legião Brasileira de Assistência - LBA;
- 1(um) representante do Grupo Funcional ' de Avaliação e Ativação da 11ª Delegacia de Educação;
- 1(um) representante do Poder Judiciário;
- 1(um) representante do órgão de Segurança Pública do Estado;
- 1(um) representante da EMATER;
- 1(um) representante do Ministério Público;
- 1(um) representante do Conselho Municipal de Desportos.

II - Onze (11) representantes de entidades representativas da Comunidade, não governamentais:

- 1(um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Santo Antônio da Patrulha;

Guilherme



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- 1(um) representante da Coordenadoria dos Escoteiros;
- 1(um) representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE;
- 1(um) representante das Associações de Bairros;
- 1(um) representante da Pastoral da Criança;
- 1(um) representante do Conselho Municipal de Clube de Mães;
- 1(um) representante dos Ministérios Religiosos;
- 1(um) representante dos Clubes de Serviços;
- 1(um) representante da Sociedade Assistencial ao Menor Carente - SOAMEC;
- 1(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- 1(um) representante da CIMS.

- § 1º - Haverá um Suplente para cada membro titular.
- § 2º - Os integrantes do Conselho Municipal e seus suplentes serão indicados pelos órgãos e entidades que representam, sendo homologados pelo Prefeito Municipal, bem como, o ato da posse.
- § 3º - O mandato dos membros do Conselho Municipal será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
- § 4º - O número de Conselheiros poderá ser aumentado ou diminuído, desde que mantida a paridade, mediante proposta de pelo menos 1/3 dos membros do Conselho Municipal.
- Exercício*



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

pal e aprovado por maioria absoluta dos Conselheiros.

- § 5º - A Entidade Conselheira que faltar injustificadamente, por seu membro titular ou suplente, a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas, será automaticamente desligada e a sua substituição será de conformidade com o parágrafo anterior.
- § 6º - O Presidente do CMDCA será eleito por seus membros , anualmente.
- § 7º - Poderá participar sem direito a voto, nas Assembléias liberatórias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, livremente toda e qualquer Entidade que esteja legalmente constituída e que desenvolva atividades diretas ou indiretas em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

ARTIGO 13 - O desempenho da função de membro do CMDCA será gratuito e considerado de interesse público relevante.

ARTIGO 14 - Estarão impedidos de participar do CMDCA os cidadãos que se encontrarem no exercício de cargo eletivo ou candidato ao mesmo.

Parágrafo Único - Os Conselheiros que concorrerem a a cargo público eletivo, estarão automaticamente desligados da função a partir do 1º dia após a homologação de sua candidatura pelos respectivos partidos políticos, devendo a'

Guanghering



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Entidade que representem no prazo
máximo de 15(quinze) dias indicar
novo suplente.

ARTIGO 15 - As deliberações do CMDCA serão tomadas por maio
ria absoluta de seus membros, formalizadas em
Resoluções.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO FUNDO

ARTIGO 16 - Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da
Criança e do Adolescente, como captador e aplica
dor dos recursos a serem utilizados segundo as
deliberações do Conselho Municipal dos Direitos
da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

SEÇÃO II

DOS RECURSOS DO FUNDO

ARTIGO 17 - Constituem recursos do FMCA:

a) os aprovados em Lei Municipal, constantes dos

Guilherme



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

orçamentos;

- b) valores nominais mais juros e correção monetária, provenientes das multas decorrentes de condenações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei.... 8069/90 em seu artigo 214 e seus parágrafos;
- c) auxílios, contribuições, legados e doações diversas, inclusive as previstas no artigo 260 e seus parágrafos da Lei 8069/90;
- d) recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como outros convênios em geral e auxílios e subvenções específicas com órgãos públicos concedidos pelos mesmos.

SEÇÃO III

DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

ARTIGO 18 - A administração do Fundo compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que observará os seguintes procedimentos:

- I - Abrir conta em estabelecimento oficial de crédito, que somente poderá ser movimentada mediante assinatura conjunta do Presidente e do Tesoureiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

[Handwritten signature]



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- II - Registro e Controle escritural das receitas e despesas, levadas a efeito no município, nos termos das resoluções do Conselho Municipal;
- III - Registrar e aplicar os recursos a ele transferidos pelo Município, Estado, União e todos os demais recursos que compõe;
- IV - Liberar os recursos a serem aplicados em benefícios de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho dos Direitos;
- V - Administrar os recursos específicos para os programas de atendimento dos direitos da Criança e do Adolescente, segundo as resoluções do Conselho dos Direitos.

Parágrafo Único - As despesas administrativas e com folhas de pagamento não poderão ultrapassar a 10% (dez por cento) da receita anual.

ARTIGO 19 - O Fundo será regulamentado por resolução expedida pelo Conselho dos Direitos.

ARTIGO 20 - Os recursos financeiros destinados ao Fundo através da Fazenda Municipal, na proporção de 1/12 por parcela, serão repassados ao mesmo até o final de cada mês.

Guang Beding



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ARTIGO 21 - Toda doação feita por pessoa física ou jurídica ao Fundo, deverá ser aplicada de acordo com a política de atendimento traçada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

ARTIGO 22 - As verbas do Fundo destinadas a Entidades que desenvolvam atividades diretas em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverão ser proporcionais as pessoas atendidas, bem como ao tipo de atendimento a critério do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Os recursos destinados às Entidades de atendimento às Crianças e Adolescentes deverão ser repassados as mesmas dentro de três dias úteis após, liberados no Fundo Municipal.

CAPÍTULO IV

**DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE**

SEÇÃO I

DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

ARTIGO 23 - É criado o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente do Município de Santo Antônio da Patrulha.

Guilherme Bodini



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

lha, órgão permanente e autônomo não jurisdic^onal, a ser instalado por ato do Conselho Municⁱpal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ' encarregado de executar as medidas de política' de defesa dos Direitos das Crianças e dos Ado-' lescentes, conforme definida na Lei Federal ... 8069/90, de 13 de julho de 1990 e estabelecida' pelo CMDCA.

SEÇÃO II

DOS MEMBROS DO CONSELHO

ARTIGO 24 - O Conselho Tutelar será composto de cinco (05)' membros com mandato de três (03) anos, permiti- da uma reeleição.

§ 1º- Para cada Conselheiro haverá dois suplentes.

§ 2º- O Conselho Tutelar será presidido por um membro eleito pelos seus pares para um período de 01 ' (um) ano admitida a reeleição.

SEÇÃO III

DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

ARTIGO 25 - São requisitos para candidatar-se e exercer as' funções de membros do Conselho Tutelar:

I - Reconhecida idoneidade moral;

II - Idade superior a 21 anos;

III - Residir no Município.

Spinafediting



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ARTIGO 26 - Os conselheiros eleitos pelo voto facultativo dos cidadãos do Município, em eleições regulamentadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e coordenadas por Comissão especialmente designada por ele, sendo o processo eleitoral estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a presidência do Juiz Eleitoral e sob fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo Único - O CMDCA estabelecerá a forma de composição de chapas, seu registro, forma e prazo para impugnações, registro de candidaturas, processo eleitoral, proclamação dos eleitos e posse dos Conselheiros.

SEÇÃO IV

**DA PERDA DE MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS
DOS CONSELHEIROS**

ARTIGO 27 - Perderá o mandato o Conselheiro que for condenado por sentença irrecorrível, pelas práticas de crime doloso ou pela prática dos crimes e infrações administrativas previstas na Lei Federal.. 8069/90.

§ 1º - O desempenho dos Conselheiros, em caso de falta grave será julgado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com direito a defesa, estando sujeito as seguintes penas:

I - Advertência;



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

II - Suspensão;

III- Cassação de mandato.

§ 2º - Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente declarará vago o posto de Conselheiro, dando posse imediata ao primeiro su-
plente.

ARTIGO 28 - São impedidos de servir no Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendente e descendente, sogra e genro ou nora, sogro e genro ou nora, irmãos cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.

§ 1º - É vedado aos Conselheiros:

- I - Receber, a qualquer título, honorários, exceto estipêndios legais;
- II - Exercer a advocacia na Vara da Infância e da Juventude;
- III - Exercer mandato público eletivo ou candidatar-se ao mesmo.
 - a) caso deseje candidatar-se a cargo público, deverá exonerar-se do cargo no mínimo 01 (um) ano antes das eleições, sob pena de inelegibilidade;
- IV - Divulgar por qualquer meio, notícia a res-
peito de fato que possa identificar a
criança, o adolescente ou sua família, sal

Guangfeng



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

vo com autorização Judicial ou nos casos ' previstos em Lei;

- V - Participar de campanha eleitoral ou apoiar qualquer candidato de forma direta ou indireta.

§ 2º - Estende-se o impedimento do Conselheiro, na ' forma deste artigo, em relação à autoridade ju dicial e ao representante do Ministério Pú- ' blico com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Foro re- ' gional ou distrito local.

SEÇÃO V

DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA VERBA DE
REPRESENTAÇÃO DOS CONSELHEIROS

ARTIGO 29 - O exercício efetivo da função de Conselheiro ' constituirá serviço público relevante, estabele- lecerá presunção de idoneidade moral e assegu- rará prisão especial em caso de crime comum ' até o julgamento definitivo.

ARTIGO 30 - Na qualidade de membros eleitos por mandato, ' os Conselheiros não serão funcionários dos qua- dros da Administração Municipal, mas terão re- muneração fixada pelo Conselho dos Direitos.



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DA PROFISSIONALIZAÇÃO

SEÇÃO I

DO TRABALHO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

ARTIGO 31 - O CMDCA, tão logo seja instalado, através de resolução, criará um programa de profissionalização destinado ao menor de 12 a 14 anos, na condição de aprendiz de trabalho educativo.

Parágrafo Único - Para a efetiva execução deste Programa, o CMDCA fica autorizado a 'firmar quaisquer convênios com mestres práticos ligados a pequenas e médias empresas, bem como a profissionais autônomos, de todas as atividades e profissões registradas perante a Prefeitura Municipal.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 32 - No prazo de 15 dias da publicação desta Lei, o Chefe do Poder Executivo convocará os órgãos e entidades referidos no artigo 12 da Lei para indicarem seus representantes que farão parte do CMDCA, ocasião em que homologará os nomes indicados.

Handwritten signature



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Parágrafo Único - Os Conselheiros de imediato elegerão sua primeira diretoria e passarão a elaboração do Regimento Interno do CMDCA.

ARTIGO 33 - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrá à conta da dotação orçamentária a seguir discriminada, constante no orçamento do corrente exercício, e por dotações específicas dos orçamentos vindouros:

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL

15 - Assistência e Previdência

81 - Assistência

483- Assistência ao Menor

Projeto 1.026- Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

3.1.3.2.- Outros Serviços e Encargos.....

Cr\$ 11.876.000,00

ARTIGO 34 - As despesas com a execução dos programas de atendimento à Criança e ao Adolescente terão a cobertura do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente, criado pelo artigo 18 desta Lei.

ARTIGO 35 - No prazo de 30 (trinta) dias da publicação desta Lei o Conselho Municipal, deverá prever o processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e

Assinatura



Legislativo Municipal de Santo Antônio da Patrulha
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

do Adolescente.

ARTIGO 36 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 37 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, 22 de maio de 1991.

Antônio da Silva Barcelos
ANTÔNIO DA SILVA BARCELOS

Presidente da Câmara Municipal

REGISTRE-SE E COMUNIQUE-SE

Briano Gil de Medeiros
BRIANO GIL DE MEDEIROS
Secretário de Administração